

NOSSA OPINIÃO

Porta aberta

A decisão do Ministério da Educação de criar cursos de nível superior, sem exigência de vestibular, com a duração de seis meses a um ano e meio, é a resposta a uma demanda crescente dos que não pretendem (ou não podem) gastar quatro ou mais anos para obter formação universitária completa. Os cursos, chamados de sequenciais, a serem lançados no próximo ano, permitirão a rápida inserção num mercado de trabalho que, principalmente em áreas técnicas, evolui muito rapidamente.

Com a medida o Governo está atendendo a uma necessidade do momento e criando condições para combater o desemprego e o subemprego, por meio de uma flexibilização oportuna do ensino superior. Existe hoje a possibilidade de trabalho em funções que exigem treinamento específico mas não toda uma formação universitária — técnicos em fibras óticas, por exemplo — e os cursos sequenciais são uma adaptação a esta realidade.

Mas é preciso também manter cautela para evitar um desvirtuamento do conceito de universidade, em consequência de um possível e mesmo provável grande sucesso da medida. Uma universidade não pode consistir apenas de um conjunto de cursos, te-

nam eles a duração de seis meses ou de seis anos. Deve ser também, e principalmente, um centro de pesquisa, de debate intelectual e de preservação e transmissão do saber. Permitir que ela seja transformada numa central produtora não de idéias, mas de profissionais de nível técnico, com vistas a lançá-los o mais rapidamente possível no mercado de trabalho, seria abastardar a universidade.

Se a sociedade necessita de gerentes de hotelaria ou de executivos para instituições financeiras, continua e continuará sempre necessitando também de médicos, de engenheiros — e de cientistas e, principalmente, de professores.

Os cursos sequenciais devem atender basicamente àqueles que, tendo concluído o nível médio de ensino, pretendem obter emprego com rapidez, e não chegariam à universidade se a única opção fosse o caminho normal para a obtenção de um diploma. Segundo revelou uma pesquisa do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), nada menos de 62% dos estudantes da terceira série do Segundo Grau fazem parte desse grupo; para eles, abriu-se uma porta. Cabe esperar que isso não implique qualquer prejuízo futuro para a universidade.

OUTRA OPINIÃO

Dupla regressão

GAUDÊNCIO FRIGOTTO

Em ampla reportagem divulgada pelo GLOBO pudemos nos inteirar de mais uma medida a ser “implantada” até o final deste ano pelo MEC — cursos superiores de curtíssima duração — seis meses a um ano. O objetivo é ao mesmo tempo flexibilizar o ensino superior e capacitar quem sai do nível médio “e deseja começar a trabalhar”. Trata-se de cursos que não conferem diploma de ensino superior, mas certificados, e o aluno poderá fazer quantos quiser! A exigência é cursar seis disciplinas articuladas. Mas o aluno que fizer muitos desses cursos poderá somá-los e conseguir o diploma de ensino superior. O pressuposto, epistemologicamente falso, é de que “a soma das partes é igual ao todo”.

Para entender o alcance e, ao mesmo tempo, o significado de mais esta medida do MEC, necessitamos articulá-la, primeiramente, ao amplo conjunto de medidas, em matéria de educação, que vêm sendo definidas e vinculadas ao projeto de reforma do Estado brasileiro sob a tríade de “desregulamentação/flexibilização, autonomia/descentralização e privatização. Num segundo nível, e em nome do qual as reformas são feitas, é articulá-la ao “ajuste” à globalização, à reestruturação produtiva e à competitividade.

As reformas educacionais para o ajuste efetivam uma dupla regressão: uma fragmentação e dualização, particularmente no nível médio e, agora,

no nível superior e uma vinculação linear e estreita com o “mercado de trabalho”, transformando em ideário pedagógico oficial a pedagogia particularista e privatista empresarial. O dualismo classista não poderia ser mais escancarado: um Plano Nacional de Formação Profissional Ligado ao Ministério do Trabalho (Planfor) para desempregados em riscos de desemprego. Um ensino técnico industrial a agrotécnico, tecnicista e com cursos esterilizados de formação geral e política. Por fim, agora, o que poderíamos denominar do Planfor do ensino superior.

Tomando-se dos dados de desemprego e subemprego endêmico, onde somente São Paulo tem 1,6 milhão de desempregados, vincular linearmente qualquer nível de ensino à “empregabilidade” e ao mercado de trabalho, sem uma clara política de emprego e renda, é vender ilusões, punindo, mais uma vez, as vítimas da exclusão. Educação não é pílula milagrosa. Curso superior também não é soma aritmética de módulos de ensino feitos no atacado e no varejo. O mais perverso é que isto estimula as fábricas de diplomas caça-níquel. Nesta caça tudo vale, até mesmo afirmar-se coisas do tipo: “Nossa perspectiva não é formar o acadêmico, mas a mão-de-obra necessária para as novas profissões que estão surgindo da revolução técnico-científica.”

GAUDÊNCIO FRIGOTTO é professor titular em economia política da educação da Faculdade de Educação da UFF/RJ.